



Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO - 2002

DELEGADO DE POLÍCIA

INSTRUÇÕES:

As páginas deste **caderno de questões** estão numeradas seqüencialmente e contêm 100 questões.

ATENÇÃO !

- 1 - Verifique se a paginação deste caderno está correta.
- 2 - Verifique no **cartão de respostas** se seu nome, número de inscrição e data de nascimento estão corretos.
- 3 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 4 - Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a opção que a responde corretamente.
- 5 - Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranqüilidade, mas **controle o seu tempo**.
- 6 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** no verso.
- 7 - Somente lhe será permitido retirar-se da sala após decorrida uma hora de prova. (Item 7.5 do Edital)
- 8 - Somente lhe será permitido levar seu **caderno de questões** caso permaneça em sala até decorridas quatro horas de prova. (Item 7.7 do Edital)
- 9 - Os três últimos candidatos da sala a terminarem a prova somente sairão juntos. (Item 7.6 do Edital)
- 10 - Caso necessite algum esclarecimento solicite a presença do **chefe de local**.

CALENDÁRIO

Divulgação do Gabarito: 30/04/2002 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e na internet em <http://www.nce.ufrj.br/concursos>

Recursos: 02 e 03/05/2002, das 10 às 16 h no NCE/UFRJ, Bloco C do CCMN - Cidade Universitária - Ilha do Fundão.

O recurso deve ser apresentado em papel formato A4, digitado ou datilografado, utilizando folhas separadas para cada questão e constando, em cada folha, o nome e número de inscrição do candidato.



DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1- Analise criticamente o texto abaixo:

"(...) Ou seja, para discutir a problemática da mulher temos que situar o problema no contexto de uma sociedade díspar como a nossa, no contexto de uma justiça como a nossa, com um Direito como o nosso, 'construído/formatado' no mais das vezes pelo lobby das elites, as quais, em face da crescente violência urbana, 'se indignam no varejo e se omitem no atacado'. Ou seja, enquanto estão matando pobres, vileiros, sem terra, meninos de rua, o establishment não se importa. Entretanto, quando a violência atinge alguém das camadas médio-superiores, o movimento da 'lei e da ordem' volta à carga. É o repressivismo saneador. É só recordarmos o seqüestro do empresário Medina, que gerou a Lei dos Crimes Hediondos, o caso Daniela Perez, que tornou o homicídio qualificado como crime hediondo.

Como aumentar penas não resolve (direito penal simbólico – Hassemer), logo as elites reivindicarão leis instituindo 'crime hediondo plus' ou, quiçá, 'hiper plus'. As elites brasileiras não têm espelho retrovisor. Tanto não têm que, ao mesmo tempo em que pedem/exigem penas maiores para diversos tipos de crimes, mormente os que envolvem delitos contra a propriedade, recebem/aceitam, sem qualquer drama de consciência, presentes natalinos como o art. 34 da Lei 9.249, pelo qual o sonegador de impostos ou de contribuições sociais fica isento do crime, desde que pague o valor 'subtraído/sonegado' antes do recebimento da denúncia. Nada melhor mesmo do que a Lei ter sido assinada pelo Presidente da República no dia de Natal! Vejam o simbolismo disto! Pergunta-se: a lei é igual para todos? Pois sim. Enquanto ao sonegador é dada essa regalia, ao sujeito que furta uma galinha, mesmo que a devolva ou pague o prejuízo, somente será concedido um desconto de pena, na forma do art. 16 do Código Penal. Aliás, os emitentes de cheque sem fundo já muito usufruem dessa benesse, através da Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal. Imaginemos, pois, o regozijo das elites brasileiras com o advento do art. 34 da Lei 9.249..."

(Criminologia e Feminismo/ Org. Carmen Hein de Campos. – Porto Alegre, 1999. Artigo de Lênio Luiz Streck, p. 97-98)

Como se vê, a intenção do autor é fazer uma crítica do nosso sistema criminal, das finalidades do Direito Penal, dos caminhos para chegarmos ao conceito de crime e à definição das causas extintivas da punibilidade. Toda essa discussão traz à tona o embate entre a busca de um direito penal garantista, do estabelecimento de um Estado Constitucional de Direito, da escolha das políticas de combate ao crime etc. Diante desse quadro, em face da obrigação do Delegado de encontrar a tipificação ou não dos fatos que lhe são apresentados, indique a posição correta, de acordo com o espírito da Constituição da República:

- a) O Delegado deve aplicar o Direito Penal Positivado, não lhe cabendo qualquer raciocínio sobre a constitucionalidade, razoabilidade ou justiça dos atos que pratica no cumprimento dos Códigos Penal e Processual Penal.
- b) Quando da apreciação do crime, cabe apenas ao Juiz, e não ao Delegado de Polícia, a apreciação de fatos ou circunstâncias que possam beneficiar o indiciado.
- c) O Delegado não é um mero aplicador da lei, um mero executor da vontade do Poder Legislativo. Como guardião dos direitos fundamentais, lhe cabe interpretar cada caso a fim de buscar a solução mais adequada à Constituição. Para tanto, não deve guardar qualquer compromisso com a lei ordinária, mas apenas com a Constituição.
- d) A manutenção dos operadores jurídicos, tais como o Delegado e o Juiz, alheios às questões de fundo do Direito Penal tende a dificultar a alteração do *status quo* anterior às recentes conquistas democráticas.
- e) O Delegado de Polícia e o Juiz não devem intrometer-se nestas questões criminológicas, filosóficas e políticas, sob pena de deixarem de proteger a sociedade da delinquência.

2 - Em relação ao estudo da tentativa, analise as afirmativas abaixo:

1. Não admitem tentativa os crimes habituais, culposos, preterdolosos ou preterintencionais e omissivos próprios.
2. Crimes unisubsistentes admitem tentativa.
3. É possível a tentativa no delito previsto no artigo 122 do CP ("Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça").
4. O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
5. É possível a punição por tentativa da prática de "crime-anão".
6. É possível a punição na modalidade tentada dos delitos previstos no artigo 3º, da Lei nº 4.898, cujo caput enuncia "Art 3º - Constitui abuso de autoridade qualquer atentado: (...)".
7. Os atos preparatórios em regra não são puníveis.
8. No crime falho o agente não consegue esgotar todos os meios que entendia necessários para lograr a consumação da infração penal.
9. A tentativa branca não é punível.

Considerando as nove afirmativas feitas, pode-se dizer que:

- a) apenas uma está correta;
- b) apenas duas estão corretas;
- c) apenas três estão corretas;
- d) apenas quatro estão corretas;
- e) existem cinco ou mais afirmativas corretas.

3 - Caio praticou estelionato em que figurou como vítima entidade autárquica da Previdência Social, fazendo uso de documento público falso e de papel-moeda grosseiramente falsificado. Vale registrar que o papel-moeda, apesar de configurar uma falsificação grosseira, atingiu o objetivo pretendido por Caio e que o documento público utilizado não ofereceu potencialidade lesiva além da consubstanciada no crime cometido. Posto isto, e considerando as posições dominantes no STJ, analise as seguintes assertivas:

- I. Caio deverá responder pelo falso em concurso material com o estelionato.
- II. Caio deverá responder pelo falso em concurso formal com o estelionato.
- III. Aplica-se a qualificadora do § 3º do art. 171 ("A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência").

A(s) assertiva(s) correta(s) é/são apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I
- d) II
- e) III

4 - Diante da discussão sobre a possibilidade de o marido ser sujeito ativo do crime de estupro contra sua mulher, assinale a alternativa mais correta à luz da doutrina e jurisprudência dominantes:

- a) O cônjuge varão não pode cometer estupro contra o cônjuge varoa;
- b) Antigamente admitia-se o estupro da mulher por seu marido, mas atualmente não;
- c) Antigamente não se admitia o estupro da mulher por seu marido, mas atualmente sim;
- d) Havendo uso de violência real, pode configurar-se o estupro da mulher pelo marido;
- e) Não havendo mais a constância do casamento, não há que se falar em estupro.

5 - Um grupo de presos custodiados em instituição prisional estadual, de nome "Casa 1", após lerem a Lei de Execução Penal, a Constituição Federal, os escritos de Thoreau e Gandhi, e chegando à conclusão de que estão sendo submetidos a tratamento desumano e que não estão sendo respeitados os ditames normativos a si aplicáveis, passam a conclamar os outros presos a participarem de um movimento voltado para chamar a atenção da população, através da imprensa, e das autoridades, a fim de corrigir os problemas que estão lhes afligindo. O movimento, nesse sentido, é bem-sucedido e a manifestação faz com que a prisão tenha seu funcionamento regular prejudicado. Isso ocorre pois, apesar de não usarem de violência, a desobediência passiva praticada, consistente em manterem-se os presos imóveis no pátio, traz transtorno para a disciplina e funcionamento da instituição.

O sucesso do movimento na "Casa 1" chega ao conhecimento dos internos da unidade vizinha, denominada "Casa 2" e destinada apenas àqueles que estão cumprindo medidas de segurança. Como consequência, os internos realizam movimento semelhante, obtendo os mesmos resultados junto à imprensa e à coletividade, e igualmente transtornando a ordem e a disciplina na respectiva instituição.

O art. 354 do Código Penal, Motim de presos, dispõe o seguinte:

"Art. 354 – Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além da pena correspondente à violência."

O art. 62 do Código Penal, Agravantes no caso de concurso de pessoas, dispõe o seguinte:

"A pena será ainda agravada em relação ao agente que: I – promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes."

Analisando os fatos, é correto dizer que os participantes dos movimentos praticaram:

- a) conduta atípica, tanto os da "Casa 1" quanto os da "Casa 2";
- b) Motim de presos os da "Casa 1" e conduta atípica os da "Casa 2";
- c) Motim de presos os da "Casa 1" e os da "Casa 2";
- d) Motim de presos os da "Casa 1" e os da "Casa 2", devendo os líderes do movimento em ambas as instituições responderem também pela agravante do art. 62, I do Código Penal;
- e) Motim de presos os da "Casa 1" e os da "Casa 2", devendo responder pela agravante do art. 62, I do Código Penal apenas os líderes do movimento na "Casa 1".

6 - Um Delegado, um Detetive e um Advogado estavam debatendo a respeito de uma prisão em flagrante efetuada por um Policial Militar e que acabara de ser apresentada à Autoridade. O Advogado ali compareceu no exercício de seu ofício e o Detetive não trabalhava na Delegacia onde os fatos foram apresentados, estando no local apenas em razão de amizade com policiais daquela Unidade. Durante o debate, ficou claro que o Delegado entendia que o conduzido praticara crime e estava em estado flagrancial ao passo que o Detetive e o Advogado entendiam que a conduta em tela era atípica. Por fim, quando o Delegado determinou a lavratura do Auto de Prisão em flagrante, tanto o Detetive quanto o Advogado, com menoscabo e desprezo, fizeram vários comentários, em voz alta e na presença de testemunhas, a respeito da falta de capacidade profissional da Autoridade Policial. Ato contínuo, o Delegado deu voz de prisão a ambos, ocasião em que o Detetive invocou sua condição de funcionário público como impeditiva da configuração de desacato e o Advogado alegou o teor do art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.906/94, o Estatuto da Advocacia e da OAB, que reza: "Art. 7º. (omissis)

§ 2º. O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer."

Sem embargo das ponderações feitas, o Delegado ignorou o argumento do Detetive e disse ao Advogado que o dispositivo suscitado tinha tido sua eficácia suspensa pelo STF. Assim, prendeu ambos, além, naturalmente, de realizar o flagrante do cidadão conduzido pelo Policial Militar.

Em face do caso narrado e do ensinamento da doutrina, da jurisprudência e do STF, é correto afirmar que o crime de desacato:

- a) foi praticado pelo Detetive e pelo Advogado;
- b) foi praticado apenas pelo Detetive;
- c) foi praticado apenas pelo Advogado;
- d) não foi praticado por nenhum dos dois;
- e) foi praticado pelo Advogado; só teria sido praticado pelo Detetive se ele fosse subordinado hierarquicamente, de forma direta, ao Delegado.

7 - Fato 1:

"A", apaixonado por "B", prostituta, e insatisfeito com a recusa desta em praticar cópula carnal, decide estuprá-la. Certo dia, em local ermo, "A", exibindo uma pistola e ameaçando a vítima, determina que "B" tire suas roupas, a fim de consumir o seu intento. Contudo, quando "B" ficou nua, Caio reparou que esta possuía uma marca de nascença na face interna de sua coxa direita, idêntica à que possuía "C", irmã do agressor. Em razão disso, e sem nada mais fazer, determinou que "A" se trajasse e retirasse do local.

Fato 2:

"A", contudo, manteve seu desiderato de manter conjunção carnal. Para tanto, permaneceu aguardando que outra mulher passasse pelo local. Horas depois, passa por ali "D", pessoa portadora de caracteres físicos femininos de rara graça e beleza. Assim, mais uma vez utilizando-se da arma que portava, "A" ameaçou "D" e lhe determinou que retirasse a roupa. Logo que "D" começou a tirar seu vestido, "A" ouviu a sirene de viaturas da Polícia que, alertada por "B", compareceu ao local. Em virtude do risco de prisão, "A" resolveu não prosseguir em seu intento criminoso e se retirar do local. Perseguido, "A" foi preso logo em seguida. Na Delegacia, veio a ser esclarecido que "D" era, na verdade, pessoa do sexo masculino, um travesti.

No que diz respeito às duas intenções da prática de conjunção carnal, assinale a situação penal de "A":

(Para efeito desta questão, interessa apenas a análise da hipótese de estupro, devendo ser desconsideradas neste caso a análise do porte/uso da pistola e outros eventuais delitos correlatos, como constrangimento ilegal, importunação ofensiva ao pudor ou atentado violento ao pudor)

- a) Tanto no fato 1 quanto no fato 2 houve desistência voluntária, ainda que por motivos diversos.
- b) No fato 1 houve arrependimento eficaz e no fato 2 crime impossível.
- c) No fato 1 houve desistência voluntária e no fato 2 tentativa (art. 14, II, CP).
- d) No fato 1 houve arrependimento eficaz e no fato 2 tentativa.
- e) No fato 1 houve desistência voluntária e no fato 2 crime impossível.

8 - A respeito da direção sem habilitação, e do texto legal, analise as afirmativas abaixo:

- I. Segundo posição dominante no STJ e na doutrina, o art. 32 da LCP, que define a contravenção de direção sem habilitação, foi derogado pelo art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro. Quando se tratar de veículo automotor há crime; quando se tratar de embarcação a motor, existe contravenção.
- II. Não havendo perigo concreto, há quem sustente que aplica-se o art. 32 da LCP, sem prejuízo das sanções administrativas, enquanto outros sustentam que nesse caso ocorre apenas ilícito administrativo.
- III. O art. 309 do CTB é uma norma penal em branco.

“Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a Devida Permissão para Dirigir ou Habilitação, ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.”

“Art. 32. Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas: Pena – multa.”

A(s) alternativa(s) correta(s) é (são) somente:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

9 - Considerando as leis especiais que tratam dos temas abordados abaixo, analise as seguintes assertivas:

- I. Utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes é conduta cominada com a mesma pena que empregar arma de fogo de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- II. Constitui tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.
- III. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

A(s) alternativa(s) correta(s) é/são somente:

- a) I, II, e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) III

10 - Em relação ao crime de abuso de autoridade, praticado por policial militar, analise as seguintes afirmativas:

- I. É crime militar.
- II. Será crime militar se ele estiver em serviço.
- III. Será crime militar se ele fizer uso de arma da corporação.
- IV. Será crime militar se ele estiver em local sujeito a administração militar.

Diante das afirmativas acima, é correto dizer que:

- a) são todas verdadeiras;
- b) são todas falsas;
- c) são verdadeiras apenas as afirmativas 2, 3 e 4;
- d) são verdadeiras apenas as afirmativas 2 e 3;
- e) é verdadeira apenas a afirmativa 1.

11 - Uma pessoa está numa fazenda, em época de seca, deitada sobre a folhagem seca, fumando. Quando o cigarro está pela metade, ela o joga no chão, ainda aceso. Sua conduta resulta em um incêndio. Perscrutando-se o elemento subjetivo apenas, **NÃO** se pode afirmar que houve:

- a) dolo direto, se sua intenção foi causar o incêndio;
- b) dolo eventual, se não ocorreu a intenção mas aceitou mentalmente o resultado;
- c) culpa inconsciente, se ela sequer chegou a cogitar do risco do resultado vir a ocorrer;
- d) culpa consciente, se ele cogitou do risco de incêndio mas creu sinceramente que, por algum motivo, ele não viria a ocorrer;
- e) preterdolo, em virtude da vontade no antecedente (jogar o cigarro) e culpa no conseqüente (incêndio).

12 - Caio, embriagado, praticou homicídio contra Tício. Durante a prisão em flagrante, Caio resistiu à prisão e ameaçou a Autoridade Policial. A denúncia imputou-lhe a prática de homicídio qualificado pelo motivo fútil, de desobediência e ameaça, acrescidos da agravação da pena por força de embriaguez preordenada. Sobre esse tema, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a embriaguez apenas excluirá integralmente a imputabilidade de Caio se tiver sido completa e acidental;
- b) a embriaguez só se considera preordenada se o agente se embriagou com o fim de praticar o crime;
- c) se a embriaguez de Caio tiver sido culposa e incompleta, será cabível a redução da pena;
- d) a incompatibilidade entre a embriaguez e a qualificadora do motivo fútil é posição dominante no STJ, desde que a embriaguez tenha comprometido o estado psíquico do agente;
- e) se a embriaguez de Caio for considerada patológica, ele será inimputável.

13 - Mévio, dependente de cocaína, pratica roubo para sustentar seu vício. Na ocasião, recebe a colaboração de Drívio, que se encontrava sob o efeito de substância entorpecente que utilizara voluntariamente. A perícia confirma a dependência química de Mévio e que Drívio se encontrava sob o efeito de entorpecente. O mesmo laudo assevera, ainda, que ambos eram, ao tempo da ação, inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato e de se determinarem de acordo com este entendimento.

É correto dizer que:

- a) a dependência de Mévio não elide a pena em virtude da teoria da *actio libera in causa*;
- b) Mévio e Drívio deverão ser condenados, já que não cabe elidir suas penas em virtude do art. 28, II, do CP, que reza: “Art. 28. Não excluem a imputabilidade penal: (...) II – a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.”;
- c) a dependência de Mévio elide sua pena, devendo ele ser absolvido e submetido à medida de segurança;
- d) a pena de Mévio deverá ser substituída por medida de segurança e a de Drívio deverá ser reduzida de um a dois terços em virtude das suas condições no momento da ação;
- e) Mévio e Drívio deverão ser absolvidos em virtude, respectivamente, da dependência e da incapacidade temporária de auto-determinação em virtude dos efeitos da droga.

14 - A expressão “quadrilhas de bagatela”:

- a) implementa no âmbito do estudo das organizações criminosas a aplicação do princípio da insignificância, recomendando a descriminalização das condutas menos graves;
- b) procura distinguir, ao menos no plano doutrinário, organização criminosa do crime de quadrilha ou bando, vez que a complexidade e abrangência da primeira não permite sua equiparação ao segundo;
- c) indica as quadrilhas nas quais se verifica a criação de uma estrutura hierarquizada, com poder de intimidação e estrutura empresarial;
- d) encontra abrigo na legislação brasileira, a qual distingue com razoável rigor as organizações de maior e menor porte;
- e) não encontra amparo na doutrina, a qual propugna tratamento idêntico tanto para as associações criminosas de maior complexidade quanto para as de pequena dimensão, como instrumento de combate a esta modalidade de delinquência.

15 - Procurador autárquico, desejando aumentar a arrecadação do fisco, passa a empregar na cobrança meio vexatório/gravoso, consistente em divulgar notas em jornal de grande circulação, ironizando os devedores e criticando-os por fazerem uso da via judicial para questionar os seus débitos.

Sua conduta configura:

- a) concussão;
- b) excesso de exação;
- c) ameaça;
- d) prevaricação;
- e) constrangimento ilegal.

16 - Extingue a punibilidade:

- a) o perdão judicial, nos casos previstos em lei, a *abolitio criminis* e a insolvência civil;
- b) a reparação do dano no peculato culposos, se precedente à sentença irrecorrível, e o casamento da vítima com terceiro, nos crimes contra os costumes;
- c) o término da vigência da lei excepcional ou temporária, em virtude de já ter decorrido o período de duração ou a cessação das circunstâncias que a determinaram, em relação aos fatos praticados durante e após sua vigência;
- d) o término do prazo da suspensão do processo, desde que não haja sua revogação;
- e) a declaração, confissão e pagamento voluntários daquilo que for devido perante a previdência social, na forma determinada em lei ou regulamento.

17 - Considere as hipóteses a seguir:

- I. a prisão em flagrante realizada por particular e o direito de retenção;
- II. a intervenção médica e cirúrgica e o corte, por parte do agente, de raízes e /ou ramos de árvore do vizinho que invadam seu terreno;
- III. o direito de correção do pai ou mãe em relação ao filho(a) e a violência esportiva.

Desde que não ocorra abuso, são exemplos de exercício regular de direito somente:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III
- e) nenhum

18 - Rogério Greco (*in* Curso de Direito Penal) apresenta a narrativa do seguinte caso: “*André, jogador de futebol profissional, injustamente, agride Pedro. Este último, pretendendo se defender da agressão que estava sendo praticada contra a sua pessoa, saca seu revólver e atira em André, fazendo-o cair. Quando André já não esboçava qualquer possibilidade de continuar a agressão injusta por ele iniciada, Pedro aponta a arma para seu joelho e diz ‘Agora que já não pode mais me agredir, vou fazer com que você termine sua carreira no futebol’. Nesse instante, quando Pedro ia efetuar o disparo, já atuando em excesso doloso, André saca seu revólver e o mata*”.

A descrição é de um caso de legítima defesa:

- a) subjetiva;
- b) putativa;
- c) sucessiva;
- d) exculpante;
- e) recíproca.

19 - Sobre o tema concurso de pessoas, analise as afirmativas abaixo:

- I. São requisitos do concurso a pluralidade de agentes e de condutas, a relevância causal de cada conduta, o liame subjetivo e a identidade de infração penal.
- II. É possível a autoria mediata nos crimes de mão própria.
- III. O ajuste prévio é requisito da configuração do concurso de pessoas.
- IV. É possível a participação dolosa em crime culposos.
- V. A autoria colateral incerta no crime culposos configura hipótese de concurso de pessoas.

O número de assertivas INCORRETAS é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

20 - A perempção, enquanto causa da extinção da punibilidade, ocorre:

- a) em qualquer tipo de ação penal;
- b) apenas nas ações penais públicas;
- c) na ação penal pública condicionada e na ação penal privada;
- d) apenas na ação penal privada;
- e) apenas na ação penal privada subsidiária da pública.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21 - Representa hipótese de legitimidade extraordinária concorrente, no processo penal condenatório, a legitimidade:

- a) do ofendido nos casos de ação penal privada subsidiária da pública;
- b) do Ministério Público nos casos de ação penal pública subsidiária da privada;
- c) do Ministério Público nos casos de ação penal pública incondicionada;
- d) do ofendido nos casos de ação penal exclusivamente privada;
- e) de qualquer pessoa nos casos de ação penal popular.

22 - Em tema de garantias processuais e tratados internacionais, quando sobre o mesmo assunto existe regra prevista tanto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos quanto no Pacto de Direitos Civis e Políticos, porém com diferença no tocante ao âmbito de proteção do interesse da pessoa investigada ou processada, prevalecerá:

- a) a regra do tratado que guardar compatibilidade com a mesma matéria, conforme prevista no Código de Processo Penal;
- b) a regra do tratado que primeiro tiver sido ratificado pelo Brasil;
- c) a regra do tratado que tiver sido ratificado pelo Brasil mais recentemente;
- d) ambas as regras, pois que são aplicáveis, cabendo ao juiz escolher, conforme o caso concreto, a regra que incidirá;
- e) a regra que oferecer a mais ampla proteção.

23 - Configura uma das características dos procedimentos perante os Juizados Especiais Criminais a adoção do princípio:

- a) da estrita legalidade dos atos processuais;
- b) da identidade física do juiz;
- c) do duplo grau obrigatório das sentenças proferidas, em qualquer caso, no processo de *habeas corpus*;
- d) da ampla e aprofundada cognição nas fases de conciliação civil e transação penal;
- e) do caráter excepcional da liberdade do acusado durante o processo.

24 - Na configuração dos sistemas processuais, caracteriza violação ao sistema extraído da Constituição da República a iniciativa:

- a) da Defesa de requerer a produção de contra-prova ou de postular reexame por meio de assistente técnico, nos casos em que a prova da existência da infração penal está baseada em perícia oficial;
- b) do ofendido, em processo por crime de exclusiva ação privada, quando se manifesta pela absolvição do acusado e o juiz extingue o processo, declarando perempta a ação;
- c) do acusado, que recorre de decisão emitida de ofício pelo juiz, extinguindo o processo em virtude do reconhecimento da prescrição pela pena em perspectiva, postulando o réu a apreciação favorável da questão de mérito;
- d) do Ministério Público, que se recusa a formular proposta de suspensão condicional do processo porque o acusado foi definitivamente condenado em processo criminal anterior;
- e) do juiz que, em consequência de prova existente nos autos, de elementar do crime contida implicitamente na denúncia, condena o acusado por infração penal mais grave que aquela objeto da imputação acusatória constante do processo.

25 - Em face dos elementos que constituem as medidas cautelares de coerção, no processo penal, é correto assinalar que a prisão temporária NÃO poderá ser decretada em inquérito policial para apurar crime de furto simples, atribuído a agente primário, ainda quando na presença de indícios de autoria e prova da existência do delito e estando comprovado que o indiciado não tem residência fixa, porque estará ausente o requisito da:

- a) preventividade;
- b) homogeneidade ou proporcionalidade;
- c) acessoriedade;
- d) instrumentalidade;
- e) provisoriedade.

26 - No âmbito dos Juizados Especiais Criminais, o acordo civil entre ofendido (direto ou de modo secundário) e autor do fato, homologado pelo juiz, em crime de ação pública incondicionada implicará:

- a) a renúncia ao direito de queixa, pois que definitivamente solucionado o litígio penal;
- b) a renúncia ao direito de representação, pois que definitivamente solucionado o aspecto civil do litígio, irradiando-se efeitos penais;
- c) a solução da questão civil que não obstará o prosseguimento do procedimento, mediante apresentação de proposta de transação penal ou de denúncia;
- d) a retratação da representação validamente apresentada por ocasião da emissão do termo circunstanciado;
- e) o arquivamento do termo circunstanciado por falta de interesse.

27 - Maria, condenada por crime de venda de substância entorpecente, veio a dar à luz durante o tempo de cumprimento da pena. Ainda durante o período de amamentação, a autoridade penitenciária responsável pelo encarceramento entrega a criança à entidade de proteção a Crianças e Adolescentes, apesar de alertada de que a Constituição da República assegura às presidiárias o direito de permanecerem com seus filhos durante tal período. Dando por certo que a unidade prisional dispõe de condições para assegurar a permanência da criança ao lado da mãe, para reaver seu filho, Maria poderá lançar mão da seguinte medida processual:

- a) *Habeas Corpus*;
- b) Apelação Criminal;
- c) Reclamação;
- d) Mandado de Segurança em matéria penal;
- e) Reclamação à Seção Criminal do Tribunal de Justiça.

28 - O Promotor de Justiça X pleiteia o arquivamento de inquérito policial, aludindo ao fato de a conduta investigada incluir-se na espécie das chamadas infrações de bagatela. O juiz todavia discorda da posição do Ministério Público e remete os autos ao Procurador-Geral de Justiça, que por sua vez delega ao Promotor de Justiça Z, substituto automático do primeiro, a atribuição para oferecer denúncia. A denúncia é oferecida e o Promotor de Justiça X, que atua perante o juízo competente, é intimado para funcionar no citado processo. Este Promotor de Justiça requer então a intimação de seu substituto automático, alegando que não poderá oficiar nos autos em razão de seu posicionamento anterior. O Promotor de Justiça Z, a quem os autos do processo foram enviados, recusa-se a funcionar, alegando que cabe a X atuar no processo. A solução deste impasse dar-se-á mediante:

- a) instauração de conflito de atribuição a ser dirimido pelo Procurador-Geral de Justiça;
- b) nomeação pelo juiz de Promotor de Justiça *ad-hoc*;
- c) declínio de competência em favor do juízo perante o qual funciona o Promotor de Justiça Z;
- d) decisão do juiz competente, que indicará o Promotor de Justiça que atuará no caso;
- e) pronunciamento do Tribunal de Justiça em conflito de competência a ser instaurado por força desta controvérsia.

29 - Em tema de inquérito policial, é INCORRETO afirmar que:

- a) a representação do ofendido constitui notícia crime qualificada;
- b) a representação do ofendido alcança autor da infração penal nela não mencionado;
- c) o requerimento ou manifestação do ofendido é indispensável para a instauração de inquérito policial visando apurar crime de ação penal exclusivamente privada;
- d) vigora no Brasil a regra geral da notícia crime obrigatória;
- e) o vício de consentimento do ofendido leva à nulidade da representação deste ofendido visando apurar crime de ação pública condicionada à representação.

30 - Assinale a característica abaixo que se refere a atos de prova e NÃO de investigação criminal, de limitado valor probatório:

- a) não exigirem estrita observância da publicidade e contradição;
- b) poderem ser praticados pelo Ministério Público ou pela Polícia Civil em atividade de polícia judiciária;
- c) estarem destinados a demonstrar a probabilidade do *fumus delicti comissi* para justificar o processo;
- d) servirem de fundamento para decisões interlocutórias de indiciamento e adoção de medidas cautelares pessoais, reais ou outras restrições de caráter estritamente provisório;
- e) estarem dirigidos a formar um juízo de certeza – tutela de segurança.

31 - Assinale a característica abaixo que NÃO integra o conjunto de requisitos e condições da produção antecipada de provas:

- a) relevância e imprescindibilidade do conteúdo da atividade para a sentença;
- b) impossibilidade de sua reprodução na fase processual, amparado este juízo por indícios razoáveis do provável perecimento da prova;
- c) presidência do ato por órgão policial ou jurisdicional;
- d) realização da atividade em audiência pública, salvo o segredo justificado pelo controle ordinário da publicidade dos atos processuais;
- e) sujeição aos requisitos formais a que estaria adstrito o ato se realizado na fase processual.

32 - O prazo máximo de duração da prisão temporária em crime de roubo impróprio é de:

- a) cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- b) dez dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- c) quinze dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- d) trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- e) sessenta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

33 - A autoridade policial NÃO poderá substituir o ato de lavrar auto de apreensão de adolescente, flagrado no cometimento de ato infracional, pela edição de boletim de ocorrência circunstanciada quando:

- a) não comparecerem qualquer dos pais ou responsável pelo adolescente, independentemente da natureza do ato infracional;
- b) o ato infracional for cometido à noite;
- c) o adolescente for maior de doze e menor de quatorze anos de idade;
- d) o ato infracional for cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa;
- e) o ato infracional for cometido em prejuízo do patrimônio dos pais ou do responsável.

34 - Em tema de prisão processual, é correto afirmar que:

- a) para a decretação da prisão preventiva, é suficiente a constatação de que em liberdade o suspeito poderá colocar em risco a aplicação da lei penal;
- b) revogada a prisão preventiva porque verificou-se a falta de motivo para que subsista, esta não poderá tornar a ser decretada em nenhuma hipótese;
- c) a prisão em flagrante legal que não se mostrar necessária deverá ser relaxada;
- d) o querelante tem legitimidade para requerer a decretação da prisão preventiva;
- e) não cabe recurso da decisão que indefere requerimento de prisão preventiva.

35 - Em tema de disposições gerais da prisão, NÃO é correto afirmar que:

- a) sempre que possível, as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas;
- b) se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à ordenada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas;
- c) se o executor do mandado de prisão verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo noite, entrará à força na casa, arrombando as portas se preciso, e efetuará a prisão;
- d) quando o réu estiver no território nacional, em lugar estranho ao da jurisdição, será deprecada a sua prisão, devendo constar da precatória o inteiro teor do mandado;
- e) não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

36 - Em tema de exceção, pode-se afirmar que:

- a) a exceção de suspeição da autoridade policial será oposta exclusivamente nos autos do inquérito e deverá ser decidida pelo Chefe de Polícia Civil;
- b) a exceção de suspeição da autoridade policial será oposta exclusivamente nos autos do processo penal e deverá ser decidida pelo juiz competente para o processo;
- c) a exceção de suspeição da autoridade policial será oposta nos autos do inquérito ou do processo penal e deverá ser decidida pelo Procurador-Geral de Justiça;
- d) a exceção de suspeição da autoridade policial será oposta nos autos do inquérito ou do processo penal e deverá ser decidida pelo Tribunal de Justiça;
- e) não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas quando ocorrer motivo legal.

37 - Hermenegildo é denunciado perante o juiz da 14ª. Vara Criminal da Capital do Rio de Janeiro, acusado da prática de crime de roubo. Examinando os autos, o Defensor do réu constata que por esse mesmo fato Hermenegildo havia sido denunciado um mês antes, perante o juiz da 16ª. Vara Criminal, fora ouvido e há data designada para a inquirição das testemunhas. O Defensor deverá então opor exceção:

- a) de coisa julgada;
- b) de litispendência;
- c) de incompetência do juízo;
- d) de suspeição;
- e) de impedimento.

38 - Na etapa de interrogatório do réu, no curso de processo penal condenatório no qual Joaquim é acusado de ser autor de crime de roubo em concurso com corrupção de menor (Lúcio), supostamente por ter induzido o menor a praticar o crime patrimonial, fica provado que Lúcio tinha mais de dezoito anos ao tempo do crime. Lúcio, todavia, morre nesse mesmo período por causa natural. O Promotor de Justiça deverá:

- a) manter a denúncia em seus termos iniciais e em alegações finais opinar pela absolvição do acusado, no tocante ao crime de corrupção de menores, porque tal fato não existiu;
- b) aditar a denúncia imediatamente para excluir o crime de corrupção de menores;
- c) retificar a denúncia imediatamente para excluir o crime de corrupção de menores;
- d) aditar a denúncia imediatamente para acusar Lúcio da prática do crime de roubo;
- e) aditar a denúncia imediatamente para acusar Joaquim da prática do crime de latrocínio.

39 - Em tema de competência, é correto afirmar que:

- a) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais Comarcas, a competência firmar-se-á levando-se em consideração o domicílio do acusado;
- b) prevalecerá a competência do tribunal do júri salvo quando houver conexão entre crime doloso contra a vida e latrocínio. Neste caso os fatos serão julgados separadamente, o segundo deles por juiz criminal comum;
- c) em crime de exclusiva ação privada, o acusador poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu ainda quando conhecido o lugar da infração penal;
- d) configura hipótese de conexão o caso de infração penal cometida em concurso por duas ou mais pessoas;
- e) a conexão instrumental importará em unidade de processo e julgamento entre crime sujeito a jurisdição comum e outro sujeito a jurisdição militar.

40 - Supostamente, Milton, João e Maria desviam em proveito próprio bens e valores do patrimônio do Instituto de Previdência dos Parlamentares. O fato efetivamente é apurado e a autoridade responsável pela investigação reúne provas de sua existência e indícios da autoria relativamente aos três agentes. Milton é Deputado Federal. João era Deputado Federal ao tempo do fato, todavia elegeu-se Prefeito Municipal e está em pleno exercício do mandato. Maria também era Deputada Federal ao tempo do fato. No entanto, renunciou para dedicar-se exclusivamente às suas empresas particulares. Quanto à competência para julgar os três agentes, é correto afirmar que:

- a) serão todos julgados pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) Milton e João serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal e Maria, pelo juiz criminal comum;
- c) Milton será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, João, pelo Tribunal de Justiça do Estado e Maria, pelo juiz criminal comum;
- d) Milton será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, João, pelo Tribunal de Justiça do Estado e Maria, pelo juiz criminal comum;
- e) Milton e Maria serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal e João, pelo Tribunal de Justiça do Estado.



DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

41 - Com relação aos atos praticados pela Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos administrativos podem ser praticados por autoridades de todos os poderes.
- b) O elemento motivo, também chamado de motivação, consiste na exteriorização por parte da Administração Pública das razões de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo.
- c) A Administração Pública pode controlar a legalidade e o mérito de seus atos administrativos.
- d) A certidão e o atestado, expedidos pela Administração Pública, são considerados atos enunciativos.
- e) Os atos discricionários podem suportar controle de mérito e de legalidade.

42 - Com relação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O princípio da motivação somente é exigido para as decisões administrativas dos tribunais.
- II. A lesão ao princípio da moralidade administrativa justifica a propositura da ação popular.
- III. Como regra, o princípio da segurança jurídica veda, nos processos administrativos, a aplicação retroativa por parte da Administração Pública de nova interpretação.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) III

43 - Com relação aos contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Estados e municípios não podem legislar sobre contratos administrativos.
- II. A Administração Pública pode celebrar contratos regidos predominantemente pelo direito privado.
- III. Aplica-se aos contratos administrativos o princípio da liberdade das formas existente no direito privado.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

44 - Com relação ao poder de polícia, analise as afirmativas a seguir enumeradas:

- I. Uma das características do poder de polícia é a auto-executoriedade.
- II. A licença é ato discricionário que reflete o exercício do poder de polícia.
- III. O poder de polícia pode ser exercido no âmbito de cada ente estatal de acordo com suas atribuições constitucionais.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) III

45 - Com relação ao controle da Administração Pública, analise as afirmativas:

- I. O exercício do direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, a da Constituição reflete o exercício do controle judicial da atividade administrativa do Estado.
- II. O controle de mérito e de legalidade exercido pela Administração Pública sobre sua própria atividade independe de provocação da parte interessada.
- III. Os atos *interna corporis* praticados pelas casas legislativas não se submetem ao controle judicial em nenhuma hipótese.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

46 - Com relação ao mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I. O prazo decadencial para impetração é de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.
- II. O prazo de validade da liminar é de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.
- III. As informações serão prestadas pela autoridade coatora no prazo de 10 dias.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

47 - Com relação à extinção de um ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. A extinção de um ato administrativo que se torna incompatível com a lei posterior é denominada contraposição.
- II. Na anulação do ato administrativo, de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é indispensável o respeito ao direito adquirido dos destinatários do ato.
- III. Como regra, somente os atos administrativos discricionários podem ser revogados.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

48 - Com relação à licitação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos casos de guerra ou de grave perturbação da ordem, a licitação é inexigível.
- II. O cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- III. De acordo com a lei de licitações, a revogação da licitação somente poderá ocorrer por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) nenhuma

49 - A respeito das regras atuais aplicáveis à responsabilidade patrimonial do Estado, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não se aplica mais a responsabilidade subjetiva do Estado, mas tão somente a responsabilidade objetiva com fundamento na teoria do risco administrativo.
- II. A culpa administrativa, também chamada de culpa anônima, prevê a responsabilidade do Estado independentemente da identificação do agente causador do dano.
- III. As empresas públicas e sociedades de economia mista criadas para desempenho de atividade econômica ou para prestação de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos causados por seus agentes, na forma prevista na Constituição.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

50 - A alienação pelo Poder Público aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente de obra pública que se tornou inaproveitável isoladamente é denominada:

- a) retrocessão;
- b) reversão;
- c) investidura;
- d) predestinação;
- e) caducidade.

51 - Com relação aos serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os serviços públicos individuais obrigatórios são remunerados por tarifa, sempre fixada pelo Poder Público.
- II. Atualmente não existem distinções entre permissão e concessão de serviço público.
- III. A concessão de serviço público só pode ser formalizada com pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

52 - Com relação às inovações resultantes da Emenda Constitucional 19, intitulada de Reforma Administrativa, analise as afirmativas a seguir:

- I. A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista depende de autorização legislativa.
- II. Foram ampliados os prazos para aquisição da estabilidade e da vitaliciedade previstos na redação original da Constituição.
- III. Os cargos comissionados serão preenchidos exclusivamente com servidores ocupantes de cargos efetivos.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

53 - Com relação aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O aproveitamento é o reingresso, no serviço público, do servidor em disponibilidade, quando haja cargo de natureza e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.
- II. A nomeação é forma de provimento originário em cargo público.
- III. O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido em decisão necessariamente fundamentada após a preservação do direito de defesa.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

54 - Com relação aos órgãos públicos, analise as afirmativas:

- I. Os órgãos públicos classificados como independentes podem ter personalidade jurídica própria.
- II. A doutrina e a jurisprudência reconhecem que alguns órgãos públicos têm capacidade processual para impetrar mandado de segurança.
- III. De acordo com a classificação dos órgãos públicos quanto a sua posição estatal, adotada por Hely Lopes Meirelles, as Secretarias de Estado são consideradas órgãos autônomos.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) nenhuma

55 - Com relação aos agentes públicos, analise as afirmativas:

- I. Os agentes políticos, como regra, não se submetem ao mesmo regime jurídico aplicado aos servidores públicos.
- II. Os mesários do serviço eleitoral são considerados agentes políticos.
- III. O ocupante de cargo público comissionado não é considerado agente público.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

56 - Com relação aos atos administrativos, analise as afirmativas:

- I. Ato complexo é o que se forma pela conjugação de vontade de mais de um órgão administrativo.
- II. Os atos de gestão são os que a Administração pratica sem usar de sua supremacia em relação aos destinatários.
- III. O regulamento de uma lei é classificado como um ato geral.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) nenhuma

57 - De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, o prazo de prescrição para a punição de advertência será de:

- a) 90 dias
- b) 120 dias
- c) 150 dias
- d) 180 dias
- e) 2 anos

58 - Com relação às entidades da Administração Indireta, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os bens pertencentes às autarquias são considerados bens públicos.
- b) A sociedade de economia mista e a empresa pública podem se submeter a procedimentos especiais de licitação diferentes daqueles adotados para a Administração Direta.
- c) As autarquias são criadas por lei.
- d) A empresa pública, como pessoa jurídica de direito privado, necessariamente vai se organizar na forma de sociedade anônima.
- e) De acordo com o conceito previsto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

59 - Com relação ao processo administrativo disciplinar adotado no Estado do Rio de Janeiro, no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível a aplicação da punição suspensão por até trinta dias nos autos de sindicância.
- II. A exoneração será aplicada nas faltas graves superiores as que ensejam a punição de suspensão.
- III. A aplicação da punição de advertência dispensa a instauração formal de sindicância ou processo administrativo.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

60 - Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens dominicais que integram o patrimônio de um dos entes estatais não podem ser penhorados.
- b) O Estado não pode ser proprietário de terras devolutas.
- c) Os bens do Estado do Rio de Janeiro não podem ser desapropriados.
- d) A licitação será exigida em qualquer modalidade de transferência de propriedade de bem público.
- e) Os bens de uso comum do povo e de uso especial são considerados desafetados.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

61 - A fiscalização das contas públicas fica a cargo do Poder Legislativo por determinação constitucional. A respeito do tema, pode-se afirmar corretamente que:

- a) compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer definitivo que deverá ser elaborado em até noventa dias a contar de seu recebimento;
- b) o Tribunal de Contas da União é integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal e jurisdição em todo território nacional, respondendo, em última instância, pela fiscalização das contas de todas as entidades federativas;
- c) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, no exercício de suas atribuições, não tem competência para apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público;
- d) o Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- e) compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

62 - Sobre controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, é correto afirmar que:

- a) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se admite o litisconsórcio ativo em qualquer modalidade de controle abstrato de constitucionalidade;
- b) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo cometem crime de responsabilidade se determinarem o não cumprimento de lei que considerarem inconstitucional até que se ultime manifestação do Poder Judiciário;
- c) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inadmissível que o controle difuso de constitucionalidade recaia sobre projeto de lei mesmo que durante a sua tramitação seja inobservado o devido processo legislativo constitucional;
- d) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o recurso extraordinário pode ser excepcionalmente utilizado no controle abstrato, na hipótese de ofensa reflexa a dispositivo de Carta da República que é de repetição obrigatória no âmbito das constituições estaduais;

e) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação parlamentar no Congresso Nacional não tem efeito desqualificador da legitimidade ativa do Partido Político para o processo de controle normativo abstrato, desde que a agremiação partidária, quando do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, atendesse, plenamente, ao que determina o art. 103, VIII, da Constituição.

63 - A interpretação da Constituição é um tema que tem vários desdobramentos, cabendo ao intérprete extrair do texto constitucional o melhor significado da norma. Dentro desse contexto, pode-se afirmar corretamente que:

- a) na tarefa de interpretar o texto constitucional, deve-se priorizar os aspectos específicos do texto, ponderando interesses subjetivamente considerados em detrimento de uma análise global;
- b) o Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização estabelece uma hierarquia para solver conflitos entre direitos e garantias fundamentais, preservando sempre os bens jurídicos mais preciosos em detrimento dos direitos de menor relevância;
- c) em razão de ser a Constituição o pressuposto de validade e eficácia de todas as normas jurídicas, admite-se uma presunção de constitucionalidade absoluta das normas infraconstitucionais;
- d) o Princípio da Supremacia Constitucional, aplicado indistintamente em constituições rígidas ou flexíveis, situa a Constituição no ápice do ordenamento jurídico nacional;
- e) a norma constitucional é imperativa, de ordem pública e deve emanar da vontade popular, sendo essencial que o intérprete lhe confira a mais ampla extensão possível.

64 - Sobre Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, pode-se afirmar corretamente que:

- a) há previsão constitucional e legal de atuação direta das Forças Armadas no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
- b) a declaração do estado de guerra depende da oitiva formal do Congresso Nacional;
- c) mesmo que o congressista queira incorporar-se às Forças Armadas, ainda que em tempo de guerra, não poderá fazê-lo por sua exclusiva vontade, salvo se renunciar ao mandato;
- d) o Presidente do Congresso Nacional designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao Estado de Sítio;
- e) sob nenhuma circunstância poderá o indivíduo alegar imperativo de consciência para eximir-se de obrigação militar.

65 - Sobre crimes de responsabilidade (ou infrações político-administrativas) dos Chefes do Executivo, é correto dizer que:

- a) é condição específica de procedibilidade a autorização do Congresso Nacional para que o Presidente da República possa ser julgado pelo Senado Federal;
- b) compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o Prefeito;
- c) é condição específica de prosseguibilidade a autorização da Assembléia Legislativa para que o Governador do Estado seja processado e julgado;
- d) é imprescindível a suspensão do Presidente para que seja instaurado o processo;
- e) enquanto não sobrevier sentença condenatória o Presidente da República não estará sujeito à prisão.

66 - Das Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto dizer que:

- a) não sofrem limitação quanto à sua criação, podendo ainda, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, criar, em conjunto ou separadamente, tantas Comissões quantas julgarem necessárias para realizar as investigações;
- b) sua criação depende de três requisitos: (1) requerimento de pelo menos um terço dos membros de cada Casa, ou de ambas; (2) ter por objeto a apuração de fato determinado; (3) ter prazo certo de funcionamento, o que não impede prorrogações sucessivas dentro da mesma legislatura;
- c) a expressão "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais", ante a inexistência como regra no ordenamento jurídico brasileiro do juiz-investigador, deve ser entendida como todos os poderes que possuem os magistrados durante a instrução processual penal;
- d) é possível a prisão em flagrante por delito de falso testemunho, a condução coercitiva de cidadãos para prestarem esclarecimentos, a decretação da prisão preventiva do investigado, a apuração de fatos conexos ao principal, a possibilidade de quebra de sigilo bancário, fiscal de dados e registros telefônicos;
- e) é possível a decretação de medidas prisionais que não sejam em flagrante delito, uma vez que o poder geral de cautela não será apenas exercido por juízes togados.

67 - Sabe-se sobre o funcionamento do Poder Legislativo que:

- a) haverá convocação obrigatória de sessão legislativa extraordinária se o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não tiver sido aprovado na sessão legislativa ordinária;
- b) a Comissão Representativa continuará em funcionamento conjuntamente com o Congresso convocado extraordinariamente, para exercer as atribuições que lhe sejam cometidas no período;
- c) a competência das Comissões, em razão da matéria de discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário é forma de delegação interna;
- d) a competência das Comissões para solicitar o depoimento de "qualquer autoridade" inclui o Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal;
- e) havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente excluídas da pauta de convocação.

68 - Assinale a afirmativa correta sobre a nomogênese legal:

- a) O desrespeito às normas de processo legislativo constitucionalmente previstas acarretará a inconstitucionalidade material superveniente da lei ou ato normativo preexistente, possibilitando controle de constitucionalidade através de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) As regras básicas de processo legislativo previstas na constituição federal não são, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, modelos obrigatórios às Constituições Estaduais.
- c) Há três espécies de processos ou procedimentos legislativos, o comum ou ordinário, o sumário e os especiais; os dois primeiros se diferenciam na medida em que o procedimento sumário exige prazo para que as Casas do Congresso Nacional deliberem, sendo certo que o prazo correrá durante o recesso;
- d) A iniciativa popular a projetos de emenda constitucional gera vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, acarretando necessariamente a inconstitucionalidade de todo o projeto.
- e) A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.

69 - Acerca das medidas provisórias, é correto afirmar que:

- a) aprovado o projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto;
- b) é vedada a reedição, em qualquer hipótese, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo;
- c) é vedada a revogação de medida provisória editada após o advento da Emenda Constitucional nº 32/01;
- d) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas a direitos individuais e sociais;
- e) o âmbito de incidência material constitucionalmente vedado à medida provisória é idêntico ao da lei delegada.

70 - Quando trata da organização da segurança pública, JOSÉ AFONSO DA SILVA (Curso de Direito Constitucional Positivo, 18ª ed., Ed. Malheiros, p.757) diz que:

"Há contudo uma repartição de competências nessa matéria entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada unidade da Federação (...)."

Assim, é correto afirmar que é competência:

- a) concorrente executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, tendo em vista o fortalecimento do princípio federativo;
- b) privativa da União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- c) exclusiva da União legislar sobre competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
- d) privativa da União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal;
- e) comum a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

71 - Sobre Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) a Constituição admite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas desde que haja compatibilidade de horários;
- b) somente por lei complementar pode ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista;

- c) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros, na forma da lei;
- e) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

72 - Acerca da estrutura e da competência constitucional do Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça devem ser brasileiros natos;
- b) é competência originária do Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Chefe de Polícia Civil do Estado em crimes de responsabilidade;
- c) compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, julgar os desembargadores dos Tribunais de Justiça do Estado e do Distrito Federal;
- d) compete ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, julgar o Procurador Geral da República, os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas;
- e) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

73 - Relativamente aos Direitos Políticos, é INCORRETO afirmar que:

- a) não cabe *habeas corpus* contra suspensão dos direitos políticos como consequência de condenação criminal transitada em julgado;
- b) a inelegibilidade reflexa não atinge os cônjuges, parentes consanguíneos ou afins até segundo grau ou por adoção do Vice-Presidente da República, vice-governador e vice-prefeito;
- c) o militar alistável é elegível, atendidas condições constitucionalmente previstas;
- d) a inelegibilidade absoluta é a que decorre da inalistabilidade e a dos analfabetos;
- e) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 (quinze) dias contados da declaração do resultado da eleição.

74 - A complexidade da vivência social pós-globalização exige cada vez mais a especificação de direitos e garantias fundamentais, objetivando a manutenção da dignidade da pessoa humana, preceito fundamental da nossa Lei Maior. Dentro desse contexto, pode-se afirmar corretamente que:

- a) os direitos de 5ª geração representam os advindos da realidade virtual que compreendem o grande desenvolvimento da cibernética na atualidade, implicando o rompimento de fronteiras, estabelecendo conflitos entre países com realidades distintas, via internet;
- b) os direitos de 4ª geração são os direitos transindividuais, mas também observados como coletivos ou difusos, basicamente relacionados com os direitos ao meio ambiente equilibrado, ao desenvolvimento econômico e à defesa do consumidor;
- c) os direitos de 3ª geração são os direitos de manipulação genética, relacionados à biotecnologia e à bioengenharia, que tratam de questões sobre a vida e a morte e que requerem uma discussão ética prévia;
- d) os direitos de 2ª geração são os direitos individuais, preservando a liberdade do indivíduo em detrimento dos abusos legislativos do Estado;
- e) os direitos de 1ª geração outorgam limites ao Estado, consagrando os direitos sociais, buscando o atendimento às necessidades mínimas da pessoa humana.



DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

75 - Por ocasião da separação judicial de Antônio e Maria, ficou determinado pelo juiz que a guarda do filho do casal, Eduardo, então com 18 anos de idade, ficaria com o pai. Por considerar que o filho já tinha maturidade suficiente para dirigir sua pessoa e administrar seus bens, Antônio elaborou um instrumento particular de emancipação e o encaminhou para o registro competente, sem que a mãe do menor tivesse conhecimento.

Na hipótese a emancipação:

- a) é válida, pois cabe prioritariamente ao pai emancipar o filho;
- b) é válida, pois o pai, por estar com a guarda do filho, detém a exclusividade do pátrio poder;
- c) é válida, pois qualquer dos pais pode emancipar o filho, independentemente da vontade do outro;
- d) não é válida, pois o pátrio poder deve ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe;
- e) não é válida porque somente pode ser feita por instrumento público.

76 - Adriano vendeu um aparelho de fax para Liliane pelo preço correspondente a quatrocentos reais, a serem pagos em oito parcelas fixas de cinquenta reais. Foi convencionado que o aparelho seria entregue cinco dias após a celebração do contrato.

Pode-se afirmar que a propriedade do bem:

- a) somente será transmitida por ocasião do pagamento integral do preço;
- b) somente será transmitida no momento da entrega do aparelho ao comprador;
- c) está transmitida desde a celebração do contrato;
- d) somente será transmitida quando ao menos a metade do preço tiver sido pago;
- e) será transmitida por ocasião do pagamento da primeira parcela, eis que neste momento é que se considera perfeito o contrato.

77 - Silvío, valendo-se de violência física, expulsa André da casa onde residia, apoderando-se do imóvel e passando a utilizá-lo para sua moradia. Diante da inércia de André, pode-se afirmar que Silvío:

- a) passou a ser possuidor do bem, podendo, inclusive, contar o prazo de sua posse para fins de usucapião, a partir da cessação da violência;
- b) jamais poderá ser considerado possuidor do bem;
- c) poderá ser considerado possuidor do bem, mas jamais poderá adquiri-lo por usucapião, por ser titular de mera posse violenta;
- d) poderá ser considerado possuidor do bem, mas jamais poderá adquiri-lo por usucapião, por ser titular de mera posse precária;
- e) passou a ser mero detentor, e somente será possuidor após vinte anos.

78 - A responsabilidade civil decorrente do fato do serviço, nas relações de consumo, é:

- a) de regra objetiva;
- b) sempre subjetiva;
- c) de regra subjetiva, podendo ser objetiva quando a lei expressamente dispõe neste sentido;
- d) subjetiva, porém com culpa presumida;
- e) subjetiva ou objetiva, conforme entendimento do juiz.

79 - Irmãos são parentes:

- a) de terceiro grau na linha reta;
- b) de terceiro grau na linha colateral;
- c) de primeiro grau na linha reta;
- d) de primeiro grau na linha colateral;
- e) de segundo grau na linha colateral.

80 - André constitui usufruto de um apartamento pelo prazo de dez anos em favor de Lauro. Ocorre que Lauro falece após três anos. É correto afirmar que:

- a) Verônica, única filha de Lauro, herda o usufruto, podendo exercê-lo pelo prazo que resta;
- b) Verônica, única filha de Lauro, herda o usufruto, podendo exercê-lo pela metade do prazo que resta;
- c) extingue-se o usufruto, voltando André a ter a propriedade plena do imóvel;
- d) o direito de uso e gozo do bem é atribuído a Verônica, única filha de Lauro, mas a posse retorna para André;
- e) o direito de uso e gozo do bem é atribuído a André, mas a posse fica com Verônica, única filha de Lauro.

81 - Os silvícolas, no direito brasileiro:

- a) são sempre considerados absolutamente incapazes;
- b) são considerados absolutamente incapazes, quando não tiverem condições de dirigir sua pessoa e administrar seus bens;
- c) são considerados relativamente incapazes, quando não tiverem condições de dirigir sua pessoa e administrar seus bens;
- d) não possuem personalidade jurídica, se não registrados;
- e) não possuem capacidade de fato, se não registrados.

82 - A regra, no direito brasileiro, é que o nome civil:

- a) somente pode ser alterado na hipótese de erro gráfico;
- b) somente pode ser alterado na hipótese de expor seu titular ao ridículo ou a constrangimento;
- c) não pode ser alterado em hipótese alguma;
- d) de regra não pode ser alterado, exceto quando a lei o autoriza;
- e) pode ser alterado em qualquer hipótese, tratando-se de um direito potestativo do titular.

83 - O contrato de compra e venda celebrado sob a égide do Código Civil de 1916, cujo pagamento deva ser feito na vigência do novo Código Civil, deverá ser regido:

- a) somente pelo novo Código Civil;
- b) somente pelo Código Civil de 1916;
- c) pelo Código Civil de 1916, até o início da vigência do Novo Código Civil, momento a partir do qual será regido por este Estatuto Legal;
- d) pelo Novo Código Civil, apenas nos aspectos pertinentes ao pagamento, permanecendo aplicável, no resto, o Código Civil de 1916;
- e) pelo novo Código Civil apenas nos aspectos processuais.

84 - Em tema de casamento, pode-se afirmar que:

- a) a separação judicial dissolve a sociedade conjugal, enquanto que o divórcio extingue o próprio matrimônio;
- b) a separação judicial extingue o matrimônio, enquanto que o divórcio apenas dissolve a sociedade conjugal;
- c) tanto a separação judicial quanto o divórcio apenas dissolvem a sociedade conjugal, sendo que a anulação é que extingue o casamento;
- d) tanto a separação judicial quanto o divórcio extinguem o casamento;
- e) divórcio e separação judicial são sinônimos.

85 - Na hipótese da sucessão *mortis causa*, pode-se dizer que:

- a) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo transitada em julgado a sentença de partilha;
- b) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo requerida a abertura do inventário;
- c) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros tão logo eles requeiram a liberação por alvará;
- d) os bens do falecido são transmitidos aos herdeiros após trinta dias da abertura da sucessão;
- e) os bens são transmitidos aos herdeiros por ocasião da abertura da sucessão.

86 - Após receber em doação um imóvel de Cláudio, Tício, de forma ingrata, atentou contra a vida do doador.

É correto afirmar, neste caso, que:

- a) Cláudio pode requerer judicialmente a revogação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza decadencial;
- b) Cláudio pode requerer judicialmente a anulação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza decadencial;
- c) Cláudio pode requerer extrajudicialmente a revogação da doação, sendo o prazo de que dispõe para este fim de natureza prescricional;
- d) Cláudio pode requerer judicialmente a revogação da doação, inexistindo prazo para este fim;
- e) Cláudio não pode requerer nem a revogação nem a anulação da doação.

87 - O comodatário, no direito brasileiro, é:

- a) mero detentor do bem comodado;
- b) possuidor indireto do bem comodado;
- c) possuidor direto do bem comodado;
- d) equivalente, em direitos e deveres sobre o bem comodado, ao usufrutuário;
- e) depositário do bem comodado.

88 - A autodefesa da posse, no direito brasileiro:

- a) pode ser exercida até um ano e um dia após a turbação ou o esbulho;
- b) pode ser exercida até uma semana após a turbação ou o esbulho;
- c) pode ser exercida até um dia após a turbação ou o esbulho;
- d) pode ser exercida no prazo necessário para que o possuidor consiga viabilizar o êxito de sua reação;
- e) deve ser exercida no momento exato do esbulho ou da turbação.



MEDICINA LEGAL

MEDICINA LEGAL

89 - "As lesões produzidas por cassetetes são representadas por duas faixas de sugilações separadas por uma zona de pele sem lesão, com largura aproximadamente igual à do instrumento utilizado para produzi-las. Por vezes, as faixas não são paralelas e mostram um afastamento um pouco maior entre si, em direção à zona de impacto da extremidade distal do instrumento."

Em relação ao trecho acima, analise as afirmativas a seguir:

1. O texto está totalmente correto.
2. As faixas equimóticas sempre são paralelas, sem exceção.
3. O texto está errado porque o afastamento das duas faixas equimóticas entre si, quando não paralelas, é maior na extremidade relacionada com a empunhadura do cassetete.
4. A faixa clara central é, geralmente, muito mais larga que o diâmetro do instrumento.
5. Tal aspecto lesional é semelhante ao que se obtém ao desferir os golpes com um bastão de madeira.
6. Somente os cassetetes de borracha deixam este tipo de lesão.
7. Estas faixas equimóticas formam-se por causa da fuga do sangue da região clara de impacto para a pele das vizinhanças.
8. Por causa da sua forma, esta é uma lesão dita "com assinatura".
9. O mecanismo de formação lesional é o mesmo das sugilações por sucção.
10. A intensidade das sugilações depende da força viva do instrumento.

As afirmativas corretas são somente:

- a) 1, 3, 7, 9
- b) 2, 5, 6, 10
- c) 1, 7, 8, 10
- d) 4, 5, 7, 9
- e) 2, 3, 4, 8

90 - As lesões causadas por projéteis de alta energia são muito mais amplas no fígado do que nos pulmões porque:

- a) as ondas de choque não causam lesão nos pulmões;
- b) os tecidos dos pulmões absorvem e amortecem as ondas de pressão porque são muito elásticos;
- c) os tecidos do fígado são mais vulneráveis às ondas de choque;
- d) o fígado tem maior quantidade de sangue do que o pulmão;
- e) a cavidade temporária não se forma nos pulmões.

91 - A declaração de óbito tem a função de encerrar a vida civil das pessoas naturais. Deve ser preenchida pelo médico assistente sempre que não se tratar de morte violenta ou suspeita. Mas o médico não está obrigado a firmar a declaração nos casos de:

- a) natimortos;
- b) conceptos com menos de 1000g;
- c) causa de morte indeterminada;
- d) prematuros;
- e) cadáveres não identificados.

92 - Após a morte, o corpo humano começa a se resfriar porque cessam as reações exotérmicas que o mantinham aquecido. Mas a velocidade de resfriamento sofre influência de fatores ambientais e de fatores relativos ao próprio corpo. Assim, o cálculo da hora da morte pode ser tentado a partir da tomada da temperatura corporal confrontada com a temperatura e a umidade ambientes. Interferem no ritmo de resfriamento do corpo vários fatores, EXCETO:

- a) estado de nutrição;
- b) ventilação;
- c) posição do corpo;
- d) idade do indivíduo;
- e) causa da morte.

93 - A embriaguez patológica está caracterizada quando o indivíduo:

- a) tem comportamento agressivo, após consumo de álcool, independentemente da dose ingerida;
- b) é portador de cirrose alcoólica;
- c) começa a beber e não consegue parar até ficar completamente embriagado;
- d) apresenta tremores e alucinações visuais, em geral terríficas;
- e) procura o estado de embriaguez por ser dipsomaniaco.

94 - A causa jurídica mais importante de intoxicações exógenas são os acidentes em geral, quando considerados tanto aqueles em que a vítima sobrevive como os fatais. Quando nos referimos apenas aos casos fatais, a causa jurídica mais freqüente:

- a) continua sendo acidental;
- b) são as intoxicações profissionais;
- c) passa a ser a morte de dependentes de drogas por "overdose";
- d) é o suicídio;
- e) é por iatrogenia.

95 - Uma pessoa apresenta sexo dúbio caracterizado pela presença de testículos atrofizados situados na cavidade abdominal, genitália externa mal definida, em que se nota vagina pouco desenvolvida, indefinição entre clitóris hipertrófico ou pênis exíguo, grandes lábios volumosos, ausência de pequenos lábios e implantação baixa e triangular dos pêlos pubianos. A genitália interna apresenta útero muito atrofizado e trompas ausentes. O corpo em geral mostra acúmulo de gordura nas regiões glúteas e raiz das coxas, pêlos ao redor da papila mamária, mamas discretamente desenvolvidas e raros fios de barba. O exame da cromatina sexual revelou contagem compatível com o sexo masculino. Sua orientação psicológica a faz buscar pessoas do sexo masculino para namorar. Assim, vem a se casar com um homem normal. Do ponto de vista legal, tal casamento é:

- a) válido;
- b) nulo;
- c) anulável por erro essencial de pessoa;
- d) anulável por ter havido impedimento proibitivo;
- e) válido, desde que não contestado durante dois anos após a celebração.

96 - O Código Penal Brasileiro adotou o critério biopsicológico para a avaliação da responsabilidade penal. A aplicação deste critério implica necessariamente a existência de uma alteração mental ou qualquer outro distúrbio que interfira no seu entendimento ou na sua autodeterminação no momento da prática do delito. A vertente biológica do critério é a necessidade de se encontrar e diagnosticar o distúrbio; a vertente psicológica é a impossibilidade do entendimento da ilicitude da ação ou omissão por parte do agente. Se não houver um nexo causal entre o distúrbio mental e o comportamento delituoso:

- a) o agente pode ser responsabilizado penalmente;
- b) a aplicação de medidas de segurança é imperiosa;
- c) basta o diagnóstico de doença mental para tornar o agente inimputável;
- d) a pena tem que ser cumprida, mas com redução de um a dois terços;
- e) o critério adotado pelo perito psiquiatra passa a ser o psicológico.

97 - Uma mulher no terceiro mês de gestação resolve tomar uma poção indicada por uma aborteira para eliminar a gravidez. Sofre cólicas intensas, perde moderada quantidade de sangue, mas não expulsa o conceito. Três meses depois, é submetida a uma cirurgia, com retirada do útero e dos anexos. Dentro do útero, é encontrado um feto retraído, como que mumificado, parcialmente desidratado, com áreas de calcificação. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) não houve crime de aborto, pois não houve a expulsão do conceito;
- b) houve apenas tentativa de aborto criminoso;
- c) houve crime de auto-aborto;
- d) o aborto só foi consumado por ocasião da cirurgia;
- e) houve crime de auto-aborto qualificado.

98 - Analise as características seguintes dos pulmões de recém-natos:

1. superfície com aspecto de mosaico quando observada com lupa;
2. bordas arredondadas;
3. bordas agudas;
4. alojados preferencialmente no espaço da goteira costo-vertebral;
5. presença de crepitação à palpação;
6. consistência pouco firme e elástica;
7. coloração vermelha muito escura;
8. coloração rósea;
9. aspecto glandular;
10. alcançar parte da área cardíaca entre o esterno e o pericárdio.

São próprias do pulmão que respirou:

- a) 1, 2, 4, 7
- b) 2, 3, 9, 10
- c) 4, 6, 7, 8
- d) 1, 5, 8, 10
- e) 3, 5, 6, 9

99 - No texto do artigo 26 do Código Penal, constam expressões como: doença mental, perturbação da saúde mental, desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento mental retardado. Analise a lista de distúrbios a seguir:

1. doença de Alzheimer;
2. cleptomania;
3. distúrbio obsessivo-compulsivo;
4. epilepsia;
5. alucinação alcoólica;
6. imbecilidade;
7. surdo-mudez não tratada;
8. personalidade psicopática;
9. agorafobia;
10. psicose maniaco-depressiva.

Devem ser incluídos na expressão "perturbação da saúde mental":

- a) 1, 3, 6, 10
- b) 2, 5, 7, 9
- c) 2, 3, 8, 9
- d) 1, 4, 7, 10
- e) 4, 5, 6, 8

100 - Uma pessoa é agredida a faca e, ao se defender, sofre ferida incisa na face interna do cotovelo, com secção do nervo cubital. É socorrida logo após e se recupera sem intercorrências infecciosas. No entanto, fica com seqüela caracterizada por perda da sensibilidade da metade cubital do dedo anular, do dedo mínimo, e da região hipotenar, além de atrofia dos músculos desta última região. De acordo com o artigo 129 do Código Penal Brasileiro, tal seqüela constitui:

- a) debilidade permanente de membro;
- b) lesão leve;
- c) deformidade permanente;
- d) enfermidade incurável;
- e) debilidade permanente para o trabalho.

